

FILOSOFIA DA MEMÓRIA: PROBLEMAS E DEBATES ACERCA DA MEMÓRIA EPISÓDICA

PHILOSOPHY OF MEMORY: ISSUES AND DEBATES ON EPISODIC MEMORY

*Glaupy Fontana Ribas*¹

Resumo: O presente artigo busca situar o leitor em alguns dos debates atuais acerca da memória episódica no âmbito da filosofia da memória. A memória episódica consiste na capacidade de lembrar daquilo que o sujeito vivenciou ao longo de sua vida. Um dos maiores problemas em filosofia da memória é estabelecer o que é uma memória episódica, e distingui-la de outros estados mentais, como a imaginação. As principais teorias que visam resolver tal problema são a Teoria Causal da Memória e a Teoria Simulacionista da Memória. Causalistas insistem que deve haver um vínculo causal entre uma experiência vivida pelo sujeito no passado e a memória dessa experiência. Simulacionistas, em contrapartida, sustentam que tal vínculo causal não é necessário, pois uma memória é o resultado de um processo de simulação que combina elementos de várias memórias para formar um cenário que representa a experiência passada. Outro debate em filosofia da memória trata dos objetos da memória episódica, nele busca-se descobrir com o quê entramos em contato quando lembramos de um evento passado. Nesse debate as posições filosóficas mais defendidas são o Realismo Indireto e o Realismo Direto; o primeiro afirma que entramos em contato com representações do evento passado, já o último sustenta que entramos em contato diretamente com o evento passado. Esse artigo apresenta também teorias da psicologia sobre consolidação de memórias episódicas e a teoria da *Mental Time Travel*, afim de embasar o leitor, respectivamente, acerca dos mecanismos formadores da memória e do debate sobre a função da memória episódica.

Palavras-chave: Teoria causal da memória. Teoria simulacionista da memória. Realismo direto. Realismo indireto. Traços de memória. *Mental Time Travel*.

Abstract: This article aims to provide the reader with some of the debates regarding episodic memory in the field of philosophy of memory. Episodic memory is the capacity to remember the episodes one experienced in her personal past. One of the main challenges faced by philosophers is establish what an episodic memory is and to draw a distinction between episodic memory and other mental states, mainly imagination, and The Causal Theory of Memory and The Simulation Theory of Memory are both currently trying to solve this problem. Causalists maintain that there must be a causal connection between the past experience and the present memory that represents that experience. Simulationists, on the other hand, argue that this causal connection is not necessary, since any given memory is the output of a simulation process that binds together elements of several memories in order to create a representation of that given memory. Another relevant debate in philosophy of memory is the debate over the objects of episodic memory, in which philosophers ask what one aware of when one remembers a past event. Direct realists say that we are aware of the past event itself, and indirect realists say that we aware of the mental representation of the past event. This article also introduces the topics of memory consolidation and Mental Time Travel, in order to give the reader some background information about the debate on the mechanisms and function of episodic memory.

Keywords: Causal Theory of Memory. Simulation Theory of Memory. Direct realism. Indirect Realism. Memory traces. Mental Time Travel.

¹ Universidade Federal de Santa Maria. CAPES. fontanaribas@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7147-7488>

1. Introdução

Através dos estudos da psicologia sabemos hoje que existem diferentes tipos de memória. A divisão mais básica se dá entre, de um lado, a memória operacional ou procedural e, de outro, as memórias declarativas. A memória procedural é a memória de habilidades motoras, como por exemplo, andar de bicicleta, tocar instrumentos, ou nadar. Como o nome mesmo indica, ela é a memória de procedimentos, de onde é classificada como não-declarativa, pois não envolve conteúdo mental explícito. As memórias declarativas, por sua vez, envolvem conteúdos dados à consciência, são, portanto, declaráveis ou relatáveis por parte do sujeito. As memórias declarativas são classificadas entre memória semântica e memória episódica. Memórias semânticas são aquilo que chamamos de conhecimentos gerais do mundo, tais como saber que Brasília é a capital do Brasil, ou que um ano tem doze meses. Já as memórias episódicas são as memórias de eventos do passado pessoal do sujeito, são elas que nos permitem lembrar dos episódios que vivenciamos (IZQUIERDO, 2011).

O psicólogo Endel Tulving foi o primeiro a cunhar o termo “memória episódica” em 1972, e sua definição do que seria essa memória mudou diversas vezes desde então, conforme sua pesquisa foi avançando e se desenvolvendo. Uma característica da memória episódica que permanece até o momento presente, e que seria a característica central desse tipo de memória, é o que Tulving descreve como

[...] um “sabor” único da “experiência fenomênica de recordar” que acompanha a evocação da memória episódica. Ele representa um sentimento de calor e intimidade [...], um sentimento que fica faltando quando alguém pensa sobre o conhecimento da memória semântica. (TULVING, 2001, p. 19, tradução nossa).

Dadas as definições da psicologia para os diferentes tipos de memória, podemos perceber que as memórias procedurais são, na verdade, habilidades; as memórias semânticas são, na verdade, conhecimentos gerais, e somente as memórias episódicas são aquilo que normalmente entendemos pelo termo memória. Stanley Klein (2015) argumenta que, se podemos trocar o verbo “lembrar” pelos verbos “saber” ou “crer”, então não temos uma memória episódica, temos, na verdade, uma memória semântica. Por exemplo, as frases “eu lembro qual é a capital da França” e “eu sei qual é a capital

da França” são intercambiáveis. Já no caso da memória episódica, se tentarmos substituir a frase “eu lembro da minha formatura” por “eu sei a minha formatura”, não obtemos sucesso, pois a memória episódica envolve reexperimentar mentalmente um evento vivido no passado. Klein argumenta também que é somente a memória episódica que corresponde àquilo que, de fato, queremos nos referir quando falamos de nossas memórias, justamente em virtude desse caráter fenomenológico e experiencial que elas possuem.

A memória episódica foi amplamente discutida nas últimas décadas e a filosofia e a psicologia estão no centro desse debate. Algumas das principais questões que permanecem em aberto tratam (1) dos mecanismos formadores dessa memória, (2) da relação entre a memória e a imaginação (3) de qual é a função da memória episódica e (4) de quais seriam os objetos da memória episódica, ou ainda, de qual é a relação entre a memória e o passado. O presente trabalho busca explorar e avaliar possíveis soluções para tais questões, de modo oferecer ao leitor uma visão ampla e detalhada acerca da natureza da memória episódica.

A seção 2 apresentará a Teoria Causal da Memória e introduzirá o que essa teoria compreende por traços de memória, tendo em vista as disputas sobre o mecanismo e a função da memória episódica; a teoria causal mantém que a função da memória episódica é lembrarmos do passado acuradamente, e que seu mecanismo opera através de uma conexão causal com o passado, via traços de memória. Já a seção 3 aprofunda a discussão sobre os mecanismos da memória, bem como o conhecimento do leitor sobre os traços de memória, apresentando as descobertas da psicologia sobre os mesmos e sobre como os traços operam de modo a gerar o processo de consolidação de memórias. A seção 4 apresenta a teoria da *Mental Time Travel*, a qual gerou uma grande cisão dentro do que se entendia como a função da memória episódica, pois antes compreendia-se que ela tinha como função permitir que os indivíduos lembrem do passado, porém defensores da *mental time travel* propõem a tese de que a memória episódica serve para fornecer material para que os indivíduos possam planejar o futuro. A seção 5 apresenta a Teoria Simulacionista da Memória, a qual baseia-se na *mental time travel* e nas teorias da memória construtiva surgidas na psicologia para postular que as memórias são o produto de um processo construtivo ou simulacional, e que esse processo utiliza-se de elementos de diversas memórias para gerar um cenário mais ou menos acurado que visa representar uma experiência passada em questão; sendo assim, não é necessário que exista um vínculo causal entre uma certa experiência passada e a

memória que temos dessa mesma experiência, pois a memória surgiu como um subproduto de uma capacidade mais geral que nos permite criar cenários mentais, com vistas a planejar o futuro; a partir disso o leitor pode perceber que o simulacionismo difere da teoria causal, tanto acerca dos mecanismos, quanto da função da memória episódica. Por fim, a seção 6 introduz o debate acerca dos objetos da memória episódica, através do qual busca-se saber com o quê os indivíduos têm contato quando lembram de um evento passado; realistas diretos defendem que o sujeito entra em contato com o evento passado em si mesmo, enquanto que realistas indiretos defendem que o sujeito entra em contato com o evento passado de modo indireto, pois esse contato é mediado pela representação mental que o sujeito tem desse evento.

2. Teoria causal da memória e traços locais

A teoria causal da memória é uma das grandes teorias no debate contemporâneo sobre o mecanismo e a função da memória episódica. A tese principal da teoria causal é a de que, para que o sujeito possa ter, no momento presente, uma memória de um evento que ele vivenciou no passado, deve haver uma conexão causal entre a memória presente e a experiência passada, ou seja, essa experiência passada deve ser a causadora da memória do sujeito.

A principal formulação da teoria causal na contemporaneidade aconteceu há cinco décadas atrás, no famoso texto de Martin e Deutscher intitulado “Remembering” (1966). Os autores propõem que uma representação mental pode ser considerada um caso legítimo de memória se estiver de acordo com os seguintes critérios:

1. Dentro de certos limites de acurácia o sujeito representa aquela coisa passada.
2. Se a coisa [lembrada] foi pública, então ele observou o que agora representa. Se a coisa foi privada, então ele a experimentou.
3. *Sua experiência passada foi operativa em produzir um estado ou sucessivos estados no sujeito [sendo que esses estados] são operativos em produzir a sua representação.* (MARTIN, DEUTSCHER, 1966, p. 166, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, se um indivíduo “lembra” de um evento que não aconteceu (ou que aconteceu, mas que não foi vivenciado por ele), e que, portanto, não está causalmente conectado com o passado pessoal do sujeito, esse indivíduo não está lembrando de fato, mas somente imaginando, dado que a experiência passada deve ser a origem causal da

memória. Esse é, inclusive, um dos principais objetivos da teoria causal: diferenciar estados mentais pertencentes à memória de estados mentais pertencentes à imaginação, isso porque, em termos de carácter experiencial, memórias e imaginações são extremamente parecidas e, portanto, o sujeito pode cometer erros e confundir memórias com imaginações. Essa distinção entre memória e imaginação é feita através do critério causal:

Ao formularem a condição causal, a maior preocupação de Martin e Deutscher era traçar uma diferenciação entre lembrar e imaginar. Mesmo que o sujeito, de alguma forma, produza uma representação acurada em relação à experiência passada que ele vivenciou, sua experiência irá intuitivamente falhar em se qualificar como uma memória se não possuir uma conexão causal com a experiência em questão. (MICHAELIAN; ROBINS, 2018, p. 14, tradução nossa).

Cabe então ao teórico causal explicar o que seria um conexão causal apropriada, isto é, como a experiência passada pode dar origem a uma memória. Defensores da teoria causal, desde Martin e Deutscher até o momento presente argumentam que essa conexão causal entre a experiência passada e a memória atual deve ser mantida por traços de memória. Os traços de memória são aquilo que conecta uma experiência do passado – que não existe mais – com a memória desse evento – que existe no presente. Nesse sentido, eles também são chamados de veículos da representação mnêmica, pois permitem que essa representação se mantenha existindo quando seu objeto intencional não mais existe². Sarah Robins fornece algumas caracterizações dos traços de memória:

Traços de memória fornecem uma conexão com o passado ao armazenarem ou, de algum modo, tornarem disponíveis informações sobre, e oriunda das, experiências passadas do sujeito. Por essa razão, traços são amplamente considerados como representações mentais: estados mentais cujos conteúdos refletem os fatos, rostos, e sentimentos previamente experimentados. Eles possuem vários nomes: traços de memória, engrama, imagem mnêmica, representação, etc. (ROBINS, 2017, p. 76, tradução nossa).

Já há menção a traços de memória na teoria de Martin e Deutscher quando, em adição ao terceiro critério mencionado acima, eles colocam a seguinte cláusula:

² Essas são, na verdade, questões polêmicas em filosofia. Mais especificamente, não há consenso dentro do debate filosófico acerca da existência ou inexistência do passado, e, por consequência, da relação entre a memória e o passado. Também não há consenso acerca de quais são os objetos intencionais da memória episódica. Essas questões serão aprofundadas na seção 6.

O estado ou série de estados produzidos pela experiência passada deve constituir um análogo estrutural da coisa lembrada, na medida em que pode representar acuradamente essa coisa. (MARTIN, DEUTSCHER, 1966, p. 191, tradução nossa).

Assim, para Martin e Deutscher, traços de memória são análogos estruturais da experiência passada, do mesmo modo que riscos em um disco de vinil são análogos estruturais da música que ali está registrada.

Dizer que traços de memória são análogos estruturais das experiências passadas é dizer que um traço de memória representa uma experiência em virtude de estar em uma relação de isomorfismo estrutural com aquele evento. Como uma teoria das representações mentais, isomorfismo estrutural fornece um modo de garantir que as interações inferenciais entre os conteúdos do pensamento estejam refletidas nas interações causais entre os veículos através dos quais tais conteúdos estão representados. (MICHAELIAN; ROBINS, 2018, p. 17, tradução nossa).

Além disso, Martin e Deutscher entendem os traços como *estados internos distintos* do sujeito e foi essa compreensão dos traços como estados singulares que podem ser individuados uns dos outros que permitiu que a teoria causal desenvolvesse uma teoria dos traços onde, para cada experiência que o sujeito vive, forma-se um traço que armazena tal experiência. Assim seria possível, dizem os causalistas, traçar a história causal de uma memória através do traço, ou de uma série contínua de traços, até a sua experiência passada correspondente. O comprometimento teórico dos autores com cadeias causais distintas se dá porque só é possível determinar se o sujeito se lembra de um evento, em oposição a qualquer outro evento, se a cadeia causal que vai da experiência de um evento até sua respectiva memória é distinta de todas as outras cadeias causais das outras memórias.

No entanto, essa concepção de traços, apesar de popular no século passado, mostrou-se problemática e não é mais defendida nos dias atuais por razões que, tanto Sven Bernecker, quanto Sarah Robins, deixam explícitas:

Primeiramente, dizer que algo possui uma estrutura é dizer que este algo consiste em partes e que essas partes são configuradas de uma certa maneira. Mas quais são as partes do mundo e dos estados mentais, as quais, de acordo com a visão estruturalista dos traços, se parecem umas com as outras? Segundo, nem a mente e nem o mundo tem somente uma estrutura de elementos natural, não-arbitrária. Pelo contrário, o mundo e a mente têm tantas estruturas diferentes quanto temos maneiras de descrevê-las – o que quer dizer que há um infinito número de estruturas. (BERNECKER, 2010, p. 134, tradução nossa).

[...] traços de memória não podem ser análogos estruturais porque isomorfismo não é nem necessário nem suficiente para representar algo. Não há nenhuma estrutura inerente em virtude da qual representações, mentais ou não mentais, podem ter seu conteúdo garantido. (ROBINS, 2016, v. 173, p. 3003, tradução nossa).

Dessa forma, formou-se uma lacuna explicativa na teoria causal da memória, pois o principal recurso teórico que a teoria utilizava para explicar a relação entre a experiência passada e a memória (e que até então era uma solução *a priori*) mostrou-se uma descrição inadequada da realidade. A Teoria Causal entende a memória como um processo preservacional, no qual a informação fica gravada e cada memória é armazenada independentemente de todas outras, entretanto, quando os traços deixaram de ser compreendidos como entidades isoladas que permitiam uma reprodução exata de um episódio passado, a memória começou também a ser entendida mais como um processo construtivo ao invés de um processo reprodutivo, e essa nova compreensão teve início devido à descobertas da psicologia.

3. Traços de memória e o processo de consolidação

Costuma-se dizer, nas ciências cognitivas, que a memória trata-se de três processos: aquisição, armazenagem e evocação. Na aquisição – também chamada de aprendizado – o sujeito adquire um novo conhecimento ou informação. Na armazenagem esse conteúdo é gravado pelo sistema nervoso, e na evocação esse conteúdo é relembrado pelo sujeito.

As explicações das ciências cognitivas frequentemente envolvem termos metafóricos, tal como “armazenagem” ou “gravação” de memórias. Mas o cérebro humano não é um arquivo, ele não possui gavetas onde informação pode ser armazenada. O que permite então, que formemos memórias de eventos passados ou “guardemos” conhecimento de fatos gerais? Quais processos acontecem no cérebro humano quando “adquirimos” e “armazenamos” uma informação?

Essas perguntas tem sido alvo de extensivos estudos desde o século passado, o qual foi muito frutífero em termos de estudos no âmbito da memória. Duas das descobertas mais importantes do século aconteceram em virtude do trágico caso do

paciente H.M. Para resumir o caso³, H.M. era um indivíduo que sofria de graves crises de epilepsia, e, no ano de 1953, em sua vida adulta, ele passou por uma cirurgia em que seus hipocampos foram removidos, e desde então suas crises pararam de acontecer. Para a surpresa de todos, no entanto, H.M. passou a sofrer de amnésia anterógrada grave após a cirurgia, ou seja, ele se tornou incapaz de formar novas memórias. Além disso, ele foi alvo de amnésia retrógrada também, e perdeu diversas memórias de eventos que ocorreram antes da cirurgia.

Com o trágico caso de H.M. comprovaram-se duas coisas: em primeiro lugar, o lobo temporal medial, especialmente o hipocampo, é crucial para a formação de novas memórias, e em segundo lugar, existem diferentes sistemas de memória. Isso porque H.M. podia formar novas memórias operacionais, e conseguia também – mesmo que com alguma dificuldade – formar novas memórias semânticas, ele não conseguiu nunca mais, no entanto, formar novas memórias episódicas.

O caso de H.M. permitiu que fosse descoberto qual era sistema neural responsável pela armazenagem das memórias, mas restava ainda descobrir qual era o processo que permitia essa armazenagem e onde elas ficavam armazenadas. Para descobrir onde a memória está armazenada no encéfalo⁴ é preciso descobrir onde está o traço de memória (que é chamado na neurociência pelo nome de “engrama”). Karl Lashley (1950) foi um dos primeiros pesquisadores a formar a hipótese de que o engrama não seria uma coisa única que ficaria armazenado em um local, mas que na verdade ele se trataria de alterações neurais distribuídas pelo córtex.

Donald Hebb (1949) seguindo as pesquisas de Lashley, formulou a hipótese de que o cérebro representa os objetos do mundo no agrupamento de células (neurônios) que são ativadas em conjunto. Após essa representação ser gerada, ela se mantém na memória de curto prazo enquanto ainda houver reverberação dessa atividade no grupo de células. Hebb disse ainda que a ativação em conjunto dessas células faria com que a conexão entre elas ficasse mais forte, e elas seriam mais facilmente ativadas em conjunto novamente. Assim, caso alguns neurônios desse grupo fossem reativados, o agrupamento inteiro seria reativado, e toda a representação poderia ser evocada. A teoria de Hebb explica, portanto, os processos envolvidos na memória, a aquisição, a

³ Prefiro resumir o caso do paciente H.M., pois há bastante material sobre ele, dado que a Dra. Brenda Milner continuou visitando-o e escrevendo sobre ele até o fim da vida de H.M.. Para mais informações sobre o caso, ver Milner et al., 1968.

⁴ Encéfalo é “[a] parte do sistema nervoso central contida na caixa craniana, consistindo de cérebro, cerebelo, tronco encefálico e retinas.” (BEAR; CONNORS e PARADISO, 2017, p. 907).

armazenagem e a evocação, e essa teoria veio a ser corroborada posteriormente através dos estudos dos mecanismos moleculares envolvidos na memória.

Sabe-se atualmente que no processo de armazenagem de memórias existem dois estágios, o estágio da memória de curto prazo, e o da memória de longo prazo. As memórias de curto prazo duram de horas a dias e são frágeis e vulneráveis, sendo facilmente perdidas. Algumas memórias de curto prazo se tornam memórias de longo prazo após um processo chamado de consolidação da memória, e as memórias de longo prazo podem durar vários anos. Duas teorias disputam sobre como ocorre a consolidação de memórias, a saber, o Modelo Padrão e o Modelo de Traços Múltiplos.

De acordo com o modelo padrão a informação vem do córtex (onde é primariamente processada) até o hipocampo. No hipocampo ocorre então a consolidação sináptica, isto é, a informação sensorial é unida de modo a formar um traço de memória. Em um segundo momento – não sabe-se quanto tempo depois – esse traço temporário que estava no hipocampo se torna um engrama permanente que fica localizado no neocórtex, e esse processo é chamado de consolidação sistêmica. Nessa teoria postula-se que, depois da consolidação sistêmica de uma memória, o hipocampo deixa de ser necessário para sua evocação, isso poderia explicar porque o paciente H.M., que não possuía mais os hipocampos, ainda era capaz de evocar memórias muito antigas, pois, segundo o modelo padrão, essas já seriam independentes do hipocampo.

No entanto, começaram a surgir diversos estudos demonstrando que amnésia retrógrada (adquirida em virtude de dano bilateral no complexo hipocampal⁵) pode durar até o fim da vida dos indivíduos⁶, o que implica que o hipocampo seria necessário para a evocação de todas as memórias episódicas, até mesmo memórias remotas (de até 40 anos atrás). O modelo de traços múltiplos, proposto por Lynn Nadel e Morris Moscovitch (1997), foi desenvolvido buscando explicar esses casos, dado que o modelo padrão não conseguia explicá-los, pois no modelo padrão deveria chegar um momento em que essas memórias seriam consolidadas no neocórtex e se tornariam independentes do hipocampo para serem evocadas.

Nadel e Moscovitch perceberam também que diferentes tipos de memórias eram mais ou menos afetadas pelo dano neural: as memórias de episódios autobiográficos eram as mais afetadas, depois vinham as memórias semânticas para informações

⁵ O complexo hipocampal envolve o hipocampo, o giro denteado, o subículo, o córtex entorrinal, o córtex perirrinal e o giro parahipocampal (NADEL; MOSCOVITCH, 1997, p. 217).

⁶ Para um sumário desses estudos, ver a tabela 1 do artigo de Nadel e Moscovitch (1997, p. 219).

personais⁷, e por último as memórias semânticas para eventos e pessoas públicas. Além disso, a extensão da perda de memórias episódicas varia de acordo com o tamanho do dano hipocampal, onde, quanto maior o dano, mais memórias são perdidas (em casos de dano extremo o sujeito pode perder todas as memórias ou manter somente as memórias muito longínquas).

Nadel e Moscovitch questionam a explicação que o modelo padrão, segundo o qual a consolidação é um processo que duraria décadas, e como eles colocam:

É difícil conceber uma base adaptativa para um processo de consolidação que é quase tão longo quanto o tempo de vida de um ser humano. De acordo com essa noção, a maioria das pessoas não teriam consolidado nenhuma memória autobiográfica antes de morrer. (NADEL; MOSCOVITCH, 1997, p. 218, 219, tradução nossa).

Os autores desenvolvem, então, o modelo de traços múltiplos como alternativa ao modelo padrão de consolidação mnêmica. Nesse modelo o hipocampo nunca deixa de participar da armazenagem e evocação das memórias, e o mesmo serve para o neocórtex. Assim como no modelo padrão, a informação é codificada em um conjunto de neurônios do complexo hipocampal, conjunto esse que servirá como um índice para os neurônios neocorticais. O traço de memória é, portanto, constituído pelos neurônios hipocampais e neocorticais.

Mas todas essas características são comuns a ambos os modelos, a diferença introduzida no modelo de traços múltiplos é que a reativação de um traço acarreta na produção de um novo traço (pois o hipocampo sempre (re)codifica toda informação que é processada), e cada novo traço compartilha alguma informação com o traço antigo (porque um conjunto similar de neurônios processa essa informação). Assim, diversos traços são criados, ao longo do tempo, para cada memória, e isso faz com que seja mais fácil extrair informações sobre fatos de um episódio e também faz com que essas informações sejam integradas com o conhecimento semântico, pois essas informações são armazenadas separadamente do episódio. Esse modelo diz que é a informação temporal e contextual que fornece o elemento episódico a uma memória, e isso dependerá sempre do hipocampo (para o contexto espacial) e do córtex pré-frontal (para contexto temporal) (NADEL; MOSCOVITCH, 1997, p. 223).

⁷ Informação semântica pessoal (*personal semantics*) são memórias para fatos sobre a própria vida do sujeito, como a data de seu nascimento, o lugar onde frequentou a escola), e essas memórias diferem de memórias episódicas pois não contem o componente experiencial nem o contexto perceptual detalhado que normalmente encontramos nas últimas.

Esse modelo é capaz de explicar o que pretendia explicar, isto é, porque amnésia retrógrada às vezes não afeta memórias muito antigas. Os autores propõem que, como as memórias remotas são muito antigas e já foram reativadas inúmeras vezes, elas possuem um grande número traços que permitem evocá-las. Assim, mesmo com grande perda de tecido hipocampal, os diversos traços que já codificaram essas memórias fornecem várias rotas de ativação para as mesmas.

Esse modelo explica também porque amnésia retrógrada normalmente não afeta informações semânticas: o hipocampo é responsável por processar e codificar o contexto espacial do episódio, ou seja, ele é quem fornece o componente episódico a uma memória; dado que na maioria dos casos de memórias retrógradas há dano ao hipocampo, o sujeito perde o acesso a esse contexto, e o componente episódico da memória é perdido, restando somente o componente semântico.

Como os detalhes episódicos das memórias são ativados com menos frequência do que as informações gerais adquiridas, eles possuem menos traços e é mais provável que sejam perdidos caso o hipocampo seja lesionado. As informações mais centrais sobre o episódio (como as informações semânticas sobre a vida pessoal) são reativados com mais frequência e possuem mais traços, possuem, portanto, menos chances de serem perdidos. Já fatos semânticos gerais, que são extraídos dos episódios onde foram aprendidos e são armazenados em outros locais do córtex, podem ser evocados independentemente do hipocampo. Podemos perceber, então, que o modelo de traços múltiplos possui um poder explicativo muito maior do que o modelo padrão, conseguindo explicar os casos de pacientes amnésicos que antes não poderiam ser explicados.

Agora que já sabemos um pouco mais sobre as descobertas feitas pela psicologia acerca dos mecanismos formadores da memória, ou seja, agora entendemos melhor como a memória funciona, podemos começar a nos debruçar sobre a questão de qual é a sua função. A teoria a ser estudada na seção seguinte, chamada de *mental time travel* surgiu, assim como as teorias estudadas nessa seção, dentro da disciplina da psicologia e a sua relevância se dá em virtude de que ela questiona o maior pressuposto de quaisquer disciplinas que estudam a memória episódica, a saber, o pressuposto de que a memória serve para lembrar do passado.

4. *Mental time travel*⁸

A superação da concepção de traços de memória enquanto análogos estruturais da experiência foi um dos acontecimentos que levaram a teoria causal da memória a perder espaço no debate atual. O segundo acontecimento foi o surgimento do paradigma da memória construtiva, que vinha crescendo desde as décadas de 80 e 90, e que na década passada começou a ser, cada vez mais, corroborado pela pesquisa científica. É dentro desse paradigma que se situa a teoria chamada de *Mental Time Travel*, a qual é utilizada como motivação para o abandono da teoria causal da memória e adoção da teoria simulacionista da memória. Apresentarei, a seguir, essa teoria e, na seção seguinte, a sua relação com a teoria simulacionista da memória.

Em uma das definições mais recentes da memória episódica, Tulving abandona os requisitos antes amplamente aceitos de que ela deveria reter informação sobre o que, onde e quando um episódio aconteceu (o que ficou conhecido como o critério WWW⁹ – *what, where, when*), para vir a caracterizar a memória episódica como um sistema de memória que torna possível ‘viajarmos mentalmente no tempo’ subjetivo:

O sujeito que possui memória episódica [...] é também capaz de viajar mentalmente no tempo: essa pessoa pode se transportar quando desejar para o passado pessoal, como também para o futuro, uma proeza que não é possível em outros tipos de memória. (TULVING, 1993, p. 67, tradução nossa).

Tulving estava em concordância com o pensamento geral dos teóricos da sua época, que constataram que a espécie humana, em virtude da sua evolução cognitiva, não está presa no tempo presente e pode vislumbrar mentalmente, tanto o passado, quanto o futuro.

A teoria chamada de *Mental Time Travel*, tal como proposta por Suddendorf e Corballis¹⁰ (1997), ambos psicólogos, mantém que a capacidade de *mental time travel*

⁸ Optei por manter o nome da teoria (*mental time travel*) na língua inglesa porque não há suficiente literatura em língua portuguesa sobre o tema, sendo assim, não há tradução amplamente aceita do termo. Quando utilizado em uma frase, eu traduzi o termo na forma verbal “viajar no tempo mental” ou, enquanto substantivo, por “viagem no tempo mental”.

⁹ Esses critérios foram abandonados porque foi notado que eles não são necessários para a memória episódica, pois memórias episódicas podem perder alguns desses componentes (como “onde” e “quando”), além disso, memórias semânticas podem conter informação sobre o que, quando e onde se deu um episódio sem por isso ser uma memória episódica.

¹⁰ Em seu artigo os autores reconhecem que não foram os primeiros a surgirem com tal ideia. Já estava ocorrendo no ocidente, desde a década de 80, o surgimento de várias pesquisas e propostas teóricas sobre *mental time travel*.

inclui a reconstrução de eventos do passado pessoal e a construção de eventos futuros possíveis, sendo que a reconstrução de eventos passados se refere à capacidade da memória episódica, e a construção de eventos futuros se refere à capacidade da imaginação. Nessa teoria a memória (ou viagem no tempo mental para o passado) é um produto de um sistema neural de construção mais amplo que surgiu em virtude da sua função adaptativa de simular possíveis cenários futuros (processo chamado de prospecção, ou viagem no tempo mental para o futuro) para preparar os indivíduos para os perigos que eles podem vir a encontrar.

Na proposta de Suddendorf e Corballis, a capacidade de *mental time travel* não é realizada por um mecanismo neural único, mas surge quando várias outras capacidades são desenvolvidas no cérebro humano. Essas capacidades que, em conjunto, são suficientes para que os indivíduos possam viajar mentalmente no tempo são: (1) autoconsciência, (2) atribuição metarrepresentacional, (3) imaginação da ordem dos eventos, (4) entendimento da relação entre percepção e conhecimento (5) e a habilidade de dissociar estados mentais imaginados do estado mental que o sujeito está tendo no presente.

(1) A autoconsciência é uma condição para a capacidade de viajar no tempo mentalmente porque, com relação à viagem mental para o passado (memória episódica), é necessário que o indivíduo consiga perceber a si mesmo no presente para poder fazer uma distinção entre esse Eu do presente e o Eu do passado. (2) Metarrepresentação é a habilidade de entender uma representação enquanto representação. Ela é necessária para a *mental time travel* porque o sujeito precisa entender que a representação que ele tem na mente é uma representação mnêmica. Já a capacidade de atribuição permite que o indivíduo atribua a lembrança de um episódio à experiência de um eu anterior. (3) É necessário que o sujeito possa imaginar a ordem dos eventos porque não há nada na memória em si mesma (isto é, no traço de memória) que forneça a ordem temporal dos eventos do passado do sujeito. O sujeito precisa, pelo contrário, ativamente construir a cronologia do seu passado, e nesse sentido a memória é flexível e construtiva. (4) O entendimento da relação entre a percepção e o conhecimento é requerido para a viagem no tempo mental porque, para que o sujeito possa viajar no tempo mental ele precisa representar o conhecimento que possui do evento passado e atribuir esse conhecimento a experiência do seu eu anterior. Para tanto ele deve entender que o conhecimento é um resultado da experiência e, portanto, que tem conhecimento de algo porque o vivenciou. (5) Por fim, assim como o sujeito precisa conseguir distinguir a representação mnêmica

do passado daquilo que está se passando agora, ele também precisa fazer o mesmo em relação às representações da imaginação acerca do futuro. Os autores mantêm que a viagem para o futuro mental é uma extrapolação da viagem para o passado mental, pois o mesmo mecanismo que está envolvido na reconstrução do passado é o mecanismo que executa a imaginação do futuro.

Suddendorf e Corballis argumentam que a *mental time travel* surgiu porque um de seus componentes, a saber, a habilidade de atribuir estados mentais aos outros (habilidade que é chamada de Teoria da Mente, ou ainda Teoria da Teoria), surgiu em virtude da pressão social que ocorreu na evolução da nossa espécie. Assume-se que, em algum ponto da evolução, criou-se a pressão para a habilidade de formular palpites sobre o que os outros podem estar pensando, e indivíduos que tinham tal habilidade foram selecionados porque ela permitia melhor planejamento, cooperação e até mesmo enganos e trapaças.

A capacidade de *mental time travel* supera comportamentos antecipatórios mais primitivos (como o instinto e o aprendizado¹¹) na medida em que a recombinação flexível nos permite imaginar e nos preparar para situações que não vivenciamos ainda, ou seja, não precisamos passar pelo perigo para aprender com ele. Além disso, é comum que outras espécies planejem o futuro não tão longínquo motivadas por uma necessidade presente (tal como fome ou sede), enquanto que o planejamento habilitado pela *mental time travel* permite planejar o futuro mesmo que no presente não haja nenhuma necessidade para tanto (mesmo que o indivíduo esteja saciado, por exemplo)¹².

Sendo assim, a habilidade de *mental time travel* surgiu em virtude do futuro, e não do passado, pois é no futuro que residem os desafios. O sistema de construção de cenários que subjaz a *mental time travel* foi desenvolvido de modo a simular cenários possíveis, e não cenários fiéis ao que realmente ocorreu no passado. Os autores argumentam que, se fosse mais adaptativo lembrar o passado de modo acurado,

¹¹ O instinto é caracterizado por comportamentos que vem embutidos na genética dos indivíduos porque seus ancestrais passaram por situações que selecionaram tais genes. Já o aprendizado, que é também uma forma de memória – porém bem mais simples e primitiva, em termos de surgimento, que a memória episódica – é caracterizado pela modificação neural de um organismo em virtude de uma situação experimentada. (SUDDENDORF; CORBALLIS, 1997).

¹² Isso tudo tem sido matéria de extensivo debate na presente década, e tem crescido o número de psicólogos que argumentam que animais não-humanos também possuem capacidade de *mental time travel*. Corballis (2013), inclusive, abandonou a hipótese central do artigo de 1997, a saber, que somente a espécie humana é capaz de viajar mentalmente no tempo, e defende que até mesmo ratos aparentam ter uma versão mais simples de tal capacidade.

teríamos um sistema de memória mais eficiente do que esse do qual somos dotados; o nosso sistema de memória não é nem um pouco eficiente, pois precisamos de livros, cadernos, câmeras e outros equipamentos que são capazes de gravar informações de modo acurado.

Na teoria de Suddendorf e Corballis, a função da memória é fornecer o material para a simulação de eventos futuros, pois a pressão evolutiva selecionou aqueles que melhor conseguiram planejar o futuro. Dessa forma, a memória não é, em si mesma, adaptativa, ela é um subproduto de um sistema cuja função adaptativa é flexivelmente recombinar elementos de modo a melhor planejar o futuro para que os indivíduos possam se preparar e sobreviver aos perigos que ainda não chegaram. Em suma, segundo a teoria de *mental time travel* a memória é um processo que depende do mesmo sistema neural que é responsável por imaginar o futuro e é, por causa disso, um processo construtivo e não preservacional. Sua função biológica não é reproduzir fielmente os episódios que aconteceram no passado, mas sim reunir material para que possamos construir ou simular cenários futuros. No passado essa teoria era seria considerada absurda, mas, como veremos na seção seguir, em virtude de pesquisas empíricas feitas na área de psicologia, a cada ano que passa ela se transforma na principal corrente dentro das ciências cognitivas.

5. Teoria simulacionista da memória

Suddendorf e Corballis (1997) sustentam que a habilidade de viajar mentalmente no tempo é uma capacidade que é em si mesma gerativa e que envolve a recombinação de elementos familiares. Sendo essa uma capacidade que é regida pelos mesmos mecanismos neurais que regem a memória e a imaginação, seria de se esperar que a memória fosse também gerativa e construtiva.

Uma década depois da publicação do artigo de Suddendorf e Corballis, Schacter e Addis¹³ conduziram pesquisas em humanos e chegaram à conclusão de que a memória episódica e a imaginação dependem, quase que inteiramente, das mesmas áreas neurais¹⁴, isto é, ambas dependem de um mesmo sistema amplo que envolve a

¹³ Schacter e Addis não foram os primeiros pesquisadores a trabalharem com essa hipótese, dado que eles baseiam-se nas evidências apresentadas por Okuda (2003). No entanto, ambos são amplamente reconhecidos por aprofundarem a pesquisa e produzirem grande evidências científicas sobre o tema.

¹⁴ Para uma descrição exaustiva de quais áreas neurais estão envolvidas nesses processos, conferir o artigo “Remembering the past and imagining the future: Common and distinct neural substrates during event construction and elaboration” (ADDIS; WONG e SCHACTER, 2007).

recombinação flexível de elementos armazenados na memória. Partindo dessa descoberta de que as mesmas áreas neurais estão envolvidas, tanto no ato de lembrar no passado, quando na imaginação do futuro, Schacter, Addis e Buckner (2007) propõem a Hipótese da Simulação Episódica Construtiva:

A simulação de episódios futuros deve requerer um sistema que possa flexivelmente recombina detalhes de eventos passados. Essa ideia foi desenvolvida em uma tentativa de entender porque a memória envolve um processo construtivo de reunir pedacinhos soltos de informação, ao invés de ser uma repetição literal do passado; a resposta sugerida é que uma função crucial da memória é tornar a informação disponível para a simulação de eventos futuros. De acordo com essa ideia, os pensamentos do passado e do futuro extraem informações similares armazenadas na memória episódica e dependem dos mesmos processos subjacentes, onde a memória episódica sustenta a construção de eventos futuros ao extrair e recombina a informação armazenada na simulação de um novo evento. (SCHACTER; ADDIS e BUCKNER, 2007, 659, 660, tradução nossa).

A conclusão dos autores é que esse mesmo sistema reconstrói, no caso da memória, a experiência de um episódio vivenciado no passado, enquanto que no caso da imaginação ele constrói, de maneira mais livre, uma representação de um evento futuro.

Baseado nas descobertas científicas tais como a de Schacter e Addis, Michaelian formula Teoria Simulacionista da Memória, segundo a qual a memória é o resultado de um sistema de construção episódica que tem como objetivo simular um episódio do passado pessoal do sujeito (MICHAELIAN, 2016, p. 97). O simulacionismo nega o pressuposto da teoria causal da memória de que para lembrar é necessário que exista uma conexão causal entre a representação da experiência passada e a representação mnêmica atual. O processo de lembrar, é, por outro lado, o resultado de um sistema construtivo que gera uma representação de uma experiência passada a partir de informações oriundas do episódio em questão, mas esse sistema utiliza também informações advindas de outros episódios, inclusive, a representação do episódio alvo pode ser criada sem utilizar nenhuma informação oriunda desse episódio (MICHAELIAN, 2016, p. 103-4).

Em muitos casos, é claro, o modo mais eficiente de simular a experiência de um dado episódio será recuperar, pelo menos em parte, informação originada na experiência daquele episódio. Em alguns casos, no entanto, a informação originada na experiência do episódio pode ser mais difícil de recuperar do que informação relevante originada na experiência de outros episódios. E em alguns casos, a informação originada na experiência do episódio pode estar

inacessível ou inteiramente indisponível, enquanto informações relevantes originadas na experiência de outros episódios continua acessível. (MICHAELIAN, 2016, p. 104, tradução nossa).

Michaelian defende que o sistema de construção episódica é responsável por gerar as representações da memória, da imaginação e do pensamento contrafactual. No caso da memória, o ato de lembrar um episódio passado acontece quando o sistema de construção de cenários está funcionando apropriadamente e tem como objetivo construir uma representação de um evento passado vivido pelo sujeito. Já o ato de imaginar o futuro acontece quando esse sistema tem como objetivo imaginar um evento futuro possível. E por fim, a imaginação contrafactual do passado acontece quando o sistema busca simular um evento passado que não ocorreu na vida pessoal do sujeito (ou ainda quando a simulação é de um evento passado, mas de forma diferente de como ele ocorreu). Assim, nessa teoria, há uma diferença entre o que Michaelian chama de diferentes formas de imaginação episódica: imaginar o passado atual, imaginar o futuro e imaginar o passado contrafactual.

Se o simulacionismo está correto, lembrar é sempre um ato de “inventar as coisas”, isto é, de gerar uma representação mais ou menos provável de um dado evento. [...] Mas há diferentes modos de inventar as coisas, e, em um sentido estrito, nós podemos distinguir entre lembrar com sucesso e confabular¹⁵ em termos da probabilidade de que a representação gerada é acurada. Em um sujeito com um sistema de memória que está funcionando propriamente as representações geradas possuem alta probabilidade de serem acuradas. (MICHAELIAN, 2016, p. 6, tradução nossa).

Para o simulacionismo o ato de lembrar é um processo construtivo, porém ele não é aleatório, pelo contrário, é um processo confiável, pois na maioria das vezes sujeitos saudáveis constroem representações acuradas dos eventos que tentam lembrar. Mas somente a acurácia das memórias não é característica do funcionamento apropriado do sistema, diz Michaelian, pois sujeitos saudáveis com um sistema que funciona apropriadamente podem ainda construir representações inacuradas.

Dado que o processo criador das memórias e de meras imaginações do passado (casos em que o sujeito tenta lembrar do passado pessoal *atual* e acaba por construir uma representação inacurada) é, em ambos os casos, uma simulação de um conteúdo, o teórico simulacionista deve fornecer critérios para explicar o que seria, ao menos em

¹⁵ Confabular se trata de criar, de forma não proposital, uma falsa memória, sendo que o sujeito que confabula não percebe que está confabulando, ele crê que essa representação se trata de uma memória genuína.

princípio, o funcionamento apropriado desse sistema. A explicação não pode se dar afirmando que no caso de meras imaginações do passado (ou erros de memória) a representação construída é inaccurada (pois, novamente, um sistema que funciona apropriadamente pode construir representações inaccuradas) e nem ao dizer que o sistema utiliza informações de outros eventos para construir a representação, pois no caso de memórias genuínas informações de outros eventos são incorporadas na construção da representação. A resposta do simulacionismo é dizer que a distinção entre uma memória genuína e mera imaginação do passado não se dá através do conteúdo da representação. Ela se dá através do funcionamento apropriado ou inapropriado do sistema.

Michaelian utiliza-se de critérios metacognitivos para poder distinguir dentre as diferentes formas de imaginação episódica (lembrar do passado, imaginar o futuro e imaginar o passado contrafactual). Essa distinção é importante porque usualmente somos capazes de identificar quando estamos lembrando e quando estamos imaginando, e esse fenômeno deve ser explicado por uma teoria que diga que ambos os processos são frutos do mesmo sistema cognitivo de construção episódica (tal como a teoria simulacionista o faz). Michaelian chama de O Problema do Processo a questão de como determinar se o processo que gera uma representação é uma instância da memória ou da imaginação (MICHAELIAN, 2016, p. 170).

Michaelian resolve o problema do processo ao agrupar uma série de critérios¹⁶ que, em conjunto, monitoram o processo envolvido na simulação da representação em questão. Os critérios podem ser divididos em três grupos: formais, de conteúdo, e fenomênicos. Os critérios formais são flexibilidade, intenção e espontaneidade. Já os critérios baseados em conteúdo são vivacidade, coerência, e valência e intensidade afetiva. E, por último, os critérios fenomênicos são o sentimento de crença anterior, o sentimento de familiaridade e os sentimentos de “passadidade” e de “futuridade”.

Começando com os critérios formais, o critério de flexibilidade pode demarcar uma diferença entre memória e imaginação¹⁷ ao passo em que a última é mais flexível, pois nela há recombinação de elementos. No entanto, como a memória é construtiva e também envolve a recombinação de elementos, poderíamos no máximo, traçar uma

¹⁶ Michaelian denota que esses critérios já estavam presentes na literatura filosófica, dispersos entre diversas outras teorias. A inovação do trabalho de Michaelian consiste em agrupá-los e postular que eles funcionam em conjunto no monitoramento de processos.

¹⁷ Para Michaelian o mais apropriado é chamar a memória de imaginação episódica do passado factual. Mas para fins de praticidade, usarei os termos memória e imaginação e peço que o(a) leitor(a) mantenha em mente que, para Michaelian, memória é um tipo de imaginação.

diferença de grau e dizer que na imaginação há maior recombinação de elementos do que na memória. O critério de intenção relata que um processo se trata da memória quando o agente pretende produzir uma representação acurada de uma experiência passada, já nos outros casos de imaginação episódica, o sujeito deve ter a intenção de produzir uma representação futura possível ou um contrafactual. Sendo assim, nos casos de lembranças involuntárias, esse critério não se aplica, mas em casos em que o sujeito deliberadamente lembra ou imagina, esse critério pode cumprir um papel na determinação do processo. Já o critério da espontaneidade diz que a memória se trata de um processo cuja execução é mais involuntária, enquanto que a imaginação requer esforço da parte do agente para ser levada a cabo. Michaelian reconhece que há, no entanto, casos em que lembrar precisa de esforço e casos em que o agente se pega imaginando sem nenhuma dificuldade, então esse critério funciona somente em relação aos momentos em que a lembrança ou imaginação já está em andamento, e não em relação ao início do processo de lembrar ou imaginar.

Quanto aos critérios baseados no conteúdo, a vivacidade pode ajudar a determinar quando o sujeito está lembrando e quando está imaginando, pois, comumente, memórias tem maior nível de detalhe do que imaginações do futuro (embora essa regra não seja infalível, pois memórias muito antigas tendem a ser menos vivas e detalhadas, enquanto que imaginações de um futuro próximo podem possuir grande nível de detalhamento). A coerência também é um critério que deve possuir um papel no monitoramento de processo, pois representações da imaginação tendem a ser mais incoerentes com as informações autobiográficas do sujeito, e até mesmo com o conhecimento geral que ele tem do mundo, enquanto que representações mnêmicas normalmente são coerentes com as informações que o sujeito possui sobre si e o mundo. Já a valência e intensidade afetiva são diferentes entre a memória e a imaginação, pois a imaginação do futuro normalmente tende a ser mais positiva. Além disso a intensidade emocional é diferente entre memórias e imaginações, pois imaginações acerca do futuro tendem a ter uma valência emocional mais forte do que memórias de eventos vividos no passado e também que imaginações do passado contrafactual.

Quanto aos critérios fenomênicos, o sentimento de ter mantido a crença anteriormente já foi defendido como um indicador de memória, mas Michaelian rejeita inteiramente tal critério, pois o processo de lembrar episodicamente não produz representações que antes eram aceitas, a experiência sensorial não envolve deferimento por parte do sujeito, ela simplesmente é experimentada. Além disso, como lembrar é um

processo construtivo, a representação da memória de um episódio pode ser inteiramente nova, e portanto, não haveria aqui o sentimento de ter acreditado nela antes. Já o sentimento de familiaridade pode ser um critério para o monitoramento do processo ao passo que, se uma representação de um episódio parece familiar, isso pode ser tomado como uma indicação de que esse episódio foi vivido no passado. Seguindo Schacter e Addis, Michaelian explica que o sentimento de familiaridade pode vir porque para lembrar é necessário menos recombinação de elementos do que para imaginar, e, portanto, lembrar demanda menos cognitivamente e é um processo mais fluído para o agente. E por fim, há também o sentimento de “passadidade”, que na literatura tem sido tratado como uma instância de autoconsciência ou de cronestesia, e ele pode cumprir uma função no monitoramento do processo. A autoconsciência e a cronestesia dizem respeito à capacidade do sujeito de viajar no tempo mental, onde a primeira permite que o sujeito visualize a si mesmo no tempo mental futuro (prospecção) e passado (memória) e a última diz respeito a consciência temporal que temos e utilizamos para nos colocar em tempos futuros ou passados. Dessas capacidades derivam-se os sentimentos de “passadidade” e de “futuridade”, e ambos permitem ao sujeito perceber quando está lembrando do passado e quando está imaginando o futuro.

Michaelian aponta que todos esses critérios carregam consigo problemas¹⁸ e que isso demonstra que nenhum deles é, em isolado, um critério infalível de demarcação entre memórias e imaginações futuras e passadas contrafactuais. Tendo isso em vista, a tese que ele propõe é que esses critérios trabalham em conjunto, e em diferentes graus, para que a distinção entre os processos seja possível. Como os sujeitos normalmente simplesmente sabem se estão lembrando ou imaginando, e normalmente não precisam fazer inferências conscientes ou procurar evidências para traçar tal distinção, Michaelian afirma que o processo metacognitivo envolvido na aplicação desses critérios é um processo inconsciente e não inferencial que depende da aplicação de heurística, como fica explícito na seguinte passagem:

[...] o monitoramento de processo pode ser visto como uma questão da aplicação inconsciente de heurística, provavelmente utilizando-se de pelo menos alguns dos critérios de monitoramento de processo descritos acima, e resultando em sentimentos metacognitivos. [...] apesar de que os sentimentos metacognitivos são baseados em monitoramento inconsciente, eles próprios são conscientes e podem, portanto, servir como base de ação pela parte do agente.

¹⁸ O leitor pode encontrar uma apresentação completa, tanto dos critérios, quanto desses problemas no capítulo 9 do livro de Michaelian (2016). Por uma questão de espaço, preferi não me deter nesse ponto.

(MICHAELIAN, 2016, p. 195, tradução nossa).

As ações conscientes das quais Michaelian fala são endossar uma representação enquanto instância de memória ou imaginação. Assim, para cada tipo de imaginação episódica há um sentimento metacognitivo, como o sentimento de lembrar e os diversos sentimentos de imaginar.

Podemos perceber, por fim, que a teoria simulacionista possui um grau de sofisticação muito maior do que a sua concorrente, a teoria causal, e que ela é elaborada de modo a estar de acordo com um pano de fundo científico a respeito da memória. E agora que já estamos suficientemente a par dos debates acerca do mecanismo e da função da memória episódica, podemos nos voltar para as questões acerca da sua relação com o passado e de quais são seus objetos intencionais.

6. Os objetos da memória episódica

Uma das questões mais importantes em filosofia da memória concerne aos objetos intencionais da memória episódica, na qual pergunta-se: com o que entramos em contato quando lembramos episodicamente? Há duas grandes teorias em disputa nesse âmbito, a saber, o realismo direto (também chamado de relacionismo) e o realismo indireto ou realismo representativo (representacionismo).

De acordo com o realismo direto, temos contato direto com os eventos do passado, assim, quando lembramos de um evento passado, aquilo com que nos relacionamos é o evento passado em si mesmo, e esse contato não é mediado por nada. Já para o realismo representativo, nosso contato com os eventos do passado é indireto, pois é mediado por uma representação mental; dessa forma, quando lembramos de um evento passado, o nosso contato direto é com a representação retida do evento, e o contato com o passado, em si, é indireto. Apresentarei, a seguir, ambas as teorias em questão, colocando também alguns problemas que cada uma delas enfrenta.

6.1. Realismo direto

O realismo direto sobre a memória defende que, quando lembramos, aquilo com o que entramos em contato é o evento passado, e esse contato não é mediado por

nenhuma representação mental, sendo assim, o nosso contato com os objetos intencionais da memória episódica é um contato direto.

Sven Bernecker (2008), mais conhecido por ser um defensor da teoria causal da memória, articula em seu primeiro livro uma defesa do realismo direto. Bernecker argumenta que o contato que a memória nos dá com o passado é direto no sentido de não-inferencialidade, isto é, não precisamos inferir a existência do passado a partir de evidências obtidas no presente. Mas há também um segundo sentido em jogo, segundo o qual aquilo com o que entramos em contato, isto é, o objeto intencional da memória, é o evento do passado, e não a representação interna do evento. Bernecker escreve:

Mesmo que o lembrar às vezes requeira a posse de dados da memória¹⁹ e mesmo que esses dados da memória determinem o modo como a coisa aparece para nós, não há razão para supor que tomamos consciência dos dados da memória em si mesmos. Eu tomo consciência do evento passado ao representar internamente o evento, não por tomar consciência da representação interna do evento. Os dados da memória, de acordo com o realista direto, não funcionam como o objeto primário da consciência, eles são meramente o veículo da informação lembrada. (BERNECKER, 2008, p. 67)

A posição de Bernecker já é, por si só, uma posição moderada dentro do realismo direto, pois normalmente realistas diretos simplesmente negam a existência de quaisquer representações, cito aqui como exemplo Thomas Reid (1997, p. 28) quando ele diz que “[s]ob a mais estrita examinação, a memória parece-me ter coisas que são passadas, e não ideias presentes, como seu objeto”.

Michaelian e Sant’Anna resumem duas razões em favor do realismo direto na seguinte passagem:

Uma razão oferecida em favor do realismo direto é que, a menos que o realista indireto possa identificar critérios que permitam ao sujeito distinguir representações mnêmicas genuínas de representações que são somente aparentemente mnêmicas, o realismo indireto pode levar ao ceticismo sobre o conhecimento proveniente da memória [...]. Alguns realistas indiretos argumentam que tais critérios podem de fato serem identificados [...], mas esses argumentos não respondem ao que normalmente é considerada como a razão mais poderosa em favor do realismo direto, a saber, que ele está de acordo com o caráter direto da fenomenologia do lembrar [*that it aligns with the phenomenological directness of remembering*]. (SANT’ANNA; MICHAELIAN, 2018, p. 4, tradução nossa).

¹⁹ O termo “*memory-data*” utilizado por Bernecker, cuja tradução literal seria “dados da memória”, é um paralelo do termo “*sense-data*” (traduzido para o português como “dados dos sentidos”), sendo esse último um termo essencial no debate entre realismo direto e indireto no âmbito da percepção.

Essas são duas razões fortes em favor do realismo direto. Quanto ao primeiro caso, uma boa teoria da memória deve explicar como podemos retirar conhecimento²⁰ do passado, pois é inegável que, ao vivermos nossa vida, fazemos várias asserções sobre o passado, e gostaríamos de dizer que, na maioria das vezes, os sujeitos possuem algum grau de conhecimento. O realismo direto assume que, se o sujeito está em contato com o passado em si mesmo, parece que ele teria, ao menos em princípio, mais chances de tirar conhecimento do passado do que se ele tivesse que inferir a existência do evento a partir de uma representação do evento passado.

Já o segundo ponto de Michaelian e Sant'Anna fala do caráter fenomenológico da experiência de lembrar. O realista direto argumenta que, quando lembramos do passado, a memória aparece ao sujeito como se ele estivesse lembrando do passado em si mesmo, ou seja, não aparece na fenomenologia do lembrar que esse contato é mediado por uma representação.

No entanto, apesar dos argumentos em favor do realismo direto, ele traz consigo alguns problemas, o primeiro deles sendo o problema da co-temporalidade, o qual questiona como alguém poderia estar em contato direto com o passado, dado que o passado não existe mais (SCHIRMER DOS SANTOS, 2018). O estranhamento se dá porque aceita-se normalmente que, para que estejamos em contato direto com alguma coisa, essa coisa deve existir, isto é, supomos que contato direto implica co-temporalidade. A solução de Bernecker (2008) para esse problema é adotar o eternismo, a teoria de metafísica do tempo na qual postula-se que o passado e o futuro existem do mesmo modo que o presente existe. Eternistas defendem que só o presente está ocorrendo, o passado já parou de ocorrer e o futuro ainda não ocorreu, mas os três tempos existem de maneira igual, só diferem a respeito da ocorrência. Bernecker defende que, ao entrar em contato com o passado, o sujeito está em contato direto com

²⁰ Discute-se em epistemologia se a memória é uma fonte básica ou não básica de conhecimento. Audi (2002), por exemplo, defende que a memória é uma fonte não básica de conhecimento. Ele argumenta que as crenças ou conhecimentos que estão na memória foram adquiridos primariamente através da percepção, e a função da memória, seria, nesse caso, somente preservar o conhecimento que a percepção criou, por isso ela se trata de uma fonte não básica de conhecimento.

Jennifer Lackey (2005) defende, por outro lado, que a memória não somente preserva conhecimento obtido a partir de outras fontes, mas que a memória é, em si mesma, uma fonte geradora de conhecimento, pois o sujeito pode guardar informação na memória que não está em formato, nem de crença, nem de conhecimento. Sendo assim, é possível que o sujeito guarde uma certa informação, sem formar crença alguma sobre o que vivenciou, e somente depois, quando lembra dessa informação, o sujeito forma uma crença que pode vir a ser conhecimento. Dessa forma, Lackey defende que a memória é fonte geradora de conhecimento.

um evento que cessou de ocorrer, mas que ainda existe, dessa forma, o realista direto não acarreta que estejamos em contato direto com algo que não existe.

Outro argumento contra o realismo direto é o Argumento da Alucinação, no qual busca-se demonstrar que tudo com o que temos contato são as representações da memória, e não o evento em si mesmo. Argumenta-se que, se o ato de lembrar é estar em contato direto com o evento passado em si mesmo, nos casos em que a memória é diferente do que aconteceu (memórias parcialmente distorcidas, ou nas quais é esquecida uma parte do que ocorreu, ou memórias inteiramente falsas) não podemos estar em contato com o evento, pois a mente poderia somente distorcer representações, ela não possui o poder de distorcer o evento em si mesmo. Disso conclui que, se memórias aparentes e memórias verdadeiras são experiencialmente indistinguíveis, aquilo com o que eu tenho contato deve ser, em todos os casos, uma representação. A resposta de Bernecker (2008) a esse problema consiste em dizer que, mesmo que as experiências sejam subjetivamente iguais, no caso da memória verdadeira estamos em contato com o evento passado, e no caso das memórias aparentes (distorcidas ou falsas) estamos em contato com os dados da memória, isto é, com as representações mentais.

Podemos perceber, então, que o realismo direto possui dificuldades, mas que seus defensores conseguem responder, com certo grau de sucesso, a essas dificuldades. Verificaremos agora se os realistas indiretos conseguem fazer o mesmo.

6.2. Realismo indireto

O realismo indireto, também chamado de representacionismo, é a teoria segundo a qual o nosso contato com os objetos da memória episódica é mediado por representações mentais. Essa visão escapa dos problemas enfrentados pelo realismo direto pois assume que o contato direto que temos quando lembramos é com uma representação presente, evitando assim, o problema da co-temporalidade, pois o realista indireto mantém que, mesmo que a memória seja sobre o passado e que o passado não exista mais, aquilo com que estamos em contato é com uma representação que existe no presente. Além disso, casos de memórias distorcidas ou falsas são facilmente explicados como erros na representação que o sujeito guardou do evento.

O realismo indireto não está livre de ataques, no entanto, e, como Sant'Anna e Michaelian (2018) apontam, talvez o maior problema do realismo indireto reside na fenomenologia do ato de lembrar. Esse é o mesmo argumento apresentado na seção

anterior, no qual sustenta-se que, ao lembrarmos, não temos consciência de uma representação, mas sim do evento em questão. John Sutton, filósofo e pesquisador de diversas áreas das ciências cognitivas, coloca a seguinte resposta contra esse argumento:

Alguns críticos das representações argumentam que, na memória, não há nenhuma *consciência direta* de um traço ou ideia a partir do(a) qual, em um processo de dois passos, o sujeito *indiretamente* infere o evento passado ou a experiência. Esse criticismo acerta o alvo somente contra versões do realismo representativo [...] nas quais as representações são itens mentais imateriais ou ontologicamente ambíguos, os quais são primeiramente examinados e então interpretados por uma alma não física. Essa forma de realismo representativo torna nossa consciência do passado indireta em um sentido óbvio [...]. (SUTTON, 2012²¹, tradução nossa, grifo do autor).

Sutton pretende chamar nossa atenção para as duas formas de entender o termo “representação”, a primeira delas como uma entidade abstrata ou imaterial que existe no presente, e partir da qual podemos inferir o conhecimento do passado. A visão defendida por Sutton é outra, entretanto, ele defende que o termo “representação” deve ser entendido como um traço de memória, isto é, uma entidade física da qual nós não temos consciência, mas que é o veículo da memória. Dessa forma, ele pretende mostrar que a fenomenologia direta do lembrar é compatível com o representacionismo acerca da memória:

Mas se traços são entendidos como itens *físicos*, dentro de uma ampla ontologia naturalista, é claro que eles não são os objetos *imediatos* da experiência, [objetos estes] dos quais o sujeito conscientemente se utiliza. A “inferência” envolvida no lembrar é inconsciente [...]. A memória pode envolver representações do passado, argumentam a maioria dos representacionistas modernos, sem envolver a consciência das representações em si mesmas. Dessa forma, a *fenomenologia* genuína de acesso “direto” ao passado, como quando uma memória vívida retorna-me a um estado emocional passado, não falsifica o realismo representativo. (SUTTON, 2012²², tradução nossa, grifo do autor).

Dessa forma, apesar da força inicial da objeção do caráter direto da fenomenologia do lembrar, as versões mais modernas do realismo indireto conseguem responder a essa objeção ao se colocarem dentro de um pano de fundo naturalista.

²¹ A *Stanford Encyclopedia of Philosophy* é uma página da internet, e dessa forma, não possui numeração de página.

²² A *Stanford Encyclopedia of Philosophy* é uma página da internet, e dessa forma, não possui numeração de página.

Sutton e Bernecker possuem dois pontos em comum, em primeiro lugar, ambos aceitam que o caráter fenomenológico do lembrar é direto, isto é, que ao lembrar, é o evento que a aparece à nossa mente, e em segundo lugar, que as representações, isto é, os traços de memória, não são acessados conscientemente, eles são somente aquilo que torna a memória possível. Há, no entanto, uma diferença crucial entre suas teorias, a saber, que para Sutton, o traço de memória é uma ideia central do realismo *representativo* no âmbito da memória, pois o traço é aquilo que é adquirido na experiência e que representa essa experiência (SUTTON, 2012); já para Bernecker, a ideia de traços de memória (e a teoria causal da memória, como um todo) é compatível com o realismo direto acerca da memória, já que o sujeito não tem acesso consciente ao traço, este serve somente como veículo da conexão direta com o passado.

Outro problema enfrentado pelo realismo indireto é que ele pode acarretar em ceticismo acerca do conhecimento do passado, Thomas Reid, defensor do realismo direto, escreve:

Pode ser observado que o sistema comum, [o qual afirma] que ideias são os objetos imediatos do pensamento, leva ao ceticismo acerca da memória, bem como acerca dos objetos dos sentidos, estejam essas ideias na mente ou no cérebro; [...] pois, se ideias são coisas existentes no presente, como podemos concluir, em virtude de termos uma certa ideia presente na mente, que um evento correspondente a ela realmente aconteceu dez ou vinte anos atrás? Há a mesma necessidade de argumentos para provar que as ideias da memória são imagens de coisas que realmente aconteceram tal qual [há a necessidade de argumentos para provar] que as ideias dos sentidos são imagens de objetos externos que existem agora. Em ambos os casos será impossível achar qualquer argumento que tenha um peso real. Portanto essa hipótese [de que ideias são os objetos imediatos do pensamento] acarreta o ceticismo absoluto com respeito às coisas que nós distintamente lembramos, não menos do que com respeito aos objetos externos dos sentidos. (REID, 1941, p. 224-5, tradução nossa.)

A objeção de Reid é forte em virtude de que ela ataca qualquer forma de realismo indireto, seja aqueles que mantêm que as representações são imagens mentais através das quais inferimos os eventos do passado, quanto a versão naturalizada da teoria, na qual as representações são traços cerebrais aos quais não temos acesso. Em ambos os casos, Reid é perspicaz ao apontar que essas representações existem no presente, e que da sua existência não podemos inferir, infalivelmente, a existência dos eventos passados.

Contra essa objeção, Sutton responde que devemos aceitar a possibilidade do ceticismo, e mantém devemos resistir contra a demanda de a memória deve fornecer acesso incorrigível ao passado. Isso advém da compreensão que Sutton tem dos traços e dos processos de memória, de modo amplo: o novo paradigma da ciência aponta que os traços são distribuídos e estão em constante modificação e, além disso, as memórias são somente parcialmente determinadas pelos traços – pois a influência do ambiente também determina o conteúdo que será evocado – dessa forma, a demanda de acesso incorrigível ao passado é uma demanda alta demais.

Vimos, então, dois modos segundo os quais a memória pode se relacionar com o passado, isto é, ela pode nos dar um contato direto com o passado, ou um contato direto com nossas representações mentais do passado, às quais, por sua vez, nos remetem ao passado em si mesmo.

7. Conclusão

Nesse artigo foram apresentadas duas das principais teorias em disputa no cenário atual de filosofia da memória, a saber, a Teoria Causal da Memória e a Teoria Simulacionista da Memória, sendo que ambas buscam responder qual é a função e o mecanismo por detrás da memória episódica. A teoria causal da memória é uma teoria bastante intuitiva acerca da memória, afinal, ela parte do pressuposto de que as memórias são geradas pela experiência passada para afirmar que, para cada experiência que tivemos no passado, há uma memória correspondente. Apesar de essa ser uma intuição do senso comum, teorias científicas dizem que mecanismos da memória não funcionam desse modo, pois os traços de memória são distribuídos e não podem garantir a cadeia causal ininterrupta requerida pela teoria causal da memória. O atual paradigma das ciências cognitivas sustentam que a memória é uma capacidade construtiva, e portanto, a teoria simulacionista da memória pode fornecer um modelo melhor dos mecanismos da memória episódica, tendo em vista que a teoria simulacionista postula que a memória possui esse caráter simulacional e, além disso, aceita a proximidade da memória com a imaginação.

Quanto ao debate acerca da função da memória episódica, a teoria causal mantém que a memória serve para que possamos lembrar o passado com acurácia, enquanto a teoria simulacionista, andando em conjunto com pesquisas da psicologia em *mental time travel*, sustenta que a memória é um subproduto de uma capacidade mais

ampla, cuja função é simular cenários, dessa forma, a memória nos permite lembrar o passado, mas a sua função não é nos permitir lembrar do passado. Caso o(a) leitor(a) aceite a hipótese evolucionista de que imaginar o futuro é mais adaptativo do que lembrar do passado, a teoria simulacionista possui vantagem em relação à teoria causal também dentro desse debate.

Resumi também algumas teorias da psicologia acerca do processo de consolidação de memórias, marcadamente o modelo padrão de traços de memória e o modelo de traços múltiplos. No modelo padrão os traços passam por um processo de consolidação sináptica no hipocampo, e lentamente migram para o córtex no processo de consolidação sistêmica, quando se tornam independentes do hipocampo para a evocação. Já no modelo de traços múltiplos, cada evocação gera um novo traço e, a cada vez que uma memória é evocada, mais traços correspondentes a ela são criados. Um dos critérios para avaliarmos teorias é o seu poder explicativo: o modelo de traços múltiplos prevê que as memórias mais antigas, que foram ativadas mais vezes do que memórias mais recentes, serão as últimas a serem perdidas em pacientes amnésicos; e também que o componente episódico das memórias, que é ativado menos do que informações semânticas acerca do episódio, será o primeiro a ser perdido, restando mais memórias semânticas do que episódicas em casos de amnésia. Podemos perceber, portanto, que o modelo de traços múltiplos consegue dar conta de explicar fenômenos bastante comuns acerca de pacientes amnésicos, enquanto que o modelo padrão falha em explicar esses fenômenos.

Por fim, foram apresentadas as duas principais teorias acerca dos objetos da memória episódica e da relação da memória com o passado, isto é, o realismo direto e o realismo representativo (ou indireto) acerca da memória. O realismo direto sustenta que os objetos da memória são os eventos em si mesmos, assim, quando o sujeito lembra, ele está em contato direto com o evento passado. Vimos que para que o realista direto possa explicar esse contato direto com o passado, ele deve assumir uma ontologia eternista acerca do tempo, isto é, ele deve assumir que o passado ainda existe, e que a nossa mente nos permite tomar consciência do evento passado, mesmo que ele não esteja mais ocorrendo. Já o realismo indireto mantém que os objetos diretos da memória episódica são representações internas de eventos, então, quando o sujeito lembra, ele tem contato indireto com o evento passado pois seu contato é mediado por essas representações. O realismo indireto consegue explicar com maior facilidade os erros de memória, pois pode assumir que esses são erros na representação que ficou retida do

evento, enquanto que o realista direto tem que assumir que, nos casos de memória verídica, e nos casos de erros de memória, aquilo com o que a memória entra em contato são objetos diferentes. Vimos que a maior objeção contra o realismo indireto se trata da sua dificuldade em fornecer conhecimento do passado, mas tendo em vista o caráter construtivo da memória episódica, e como os traços estão sempre sendo modificados, parece então que o conhecimento infalível do passado não é algo que a memória está projetada para nos fornecer.

Por fim, cabe salientar aqui que pretendeu-se que esse artigo fosse uma apresentação não exaustiva dos debates atuais em filosofia da memória, disciplina essa que tem se tornado cada mais vez mais ampla e fértil, mas que, justamente em virtude desse constante crescimento, algumas questões e teorias tiveram que ser deixadas de fora desse artigo, as quais deverão ser abordadas em outro momento.

Referências

- ADDIS, D. R.; WONG, A. T.; SCHACTER, D. L. Remembering the past and imagining the future: Common and distinct neural substrates during event construction and elaboration. *Neurophysiologia*, v. 45, n. 7, p. 1363-1377. 2007.
- AUDI, R. The sources of knowledge. In: MOSER, P. K. *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford University Press, 2002. pp. 71-94.
- BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. *Neurociências: desvendando o sistema nervoso*. 4. ed. Tradução de Carla Dalmaz et al. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BERNECKER, S. *The Metaphysics of Memory*. Berlin: Springer, 2008.
- _____. *Memory: A Philosophical Study*, Nova York: Oxford University Press, 2010.
- HEBB, D. O. *The organization of behavior: a neuropsychological theory*. Nova York: Wiley, 1949.
- HUTTO, D. D.; PEETERS, A. The roots of remembering: Radically enactive recollecting. In: MICHAELIAN, K.; DEBUS, D.; PERRIN, D. (ed.), *New directions in the philosophy of memory*. New York: Routledge, 2018, p. 97-118.
- IZQUIERDO, I. *Memória*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- KLEIN, S. B. What Memory Is. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*, v. 6, n. 1, p. 1-38. 2015.
- LACKEY, J. Memory as a Generative Epistemic Source. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 70, n. 3, p. 636-658. 2005.
- LASHLEY, K.S. In search of the engram. In: Society for Experimental Biology. *Physiological mechanisms in animal behavior. (Society's Symposium IV)*. Oxford, Inglaterra: Academic Press, 1950. p. 454-482.
- MARTIN, C. B.; DEUTSCHER, M. Remembering. *Philosophical Review*, v. 75, n. 2, p. 161-196. 1966.
- MICHAELIAN, K. *Mental time travel: episodic memory and our knowledge of the personal past*. Cambridge: The MIT Press, 2016.

- MILNER, B.; CORKIN, S.; TEUBER, H. L. Further analysis of the hippocampal amnesic syndrome: 14-year follow-up study of H.M. *Neuropsychologia*, v. 6, n. 3, p. 215-234. 1968.
- NADEL, L.; MOSCOVITCH, M. Memory consolidation, retrograde amnesia and the hippocampal complex. *Current Opinion in Neurobiology*, v. 7, n. 2, p. 217-227. 1997.
- OKUDA, J. et al. Thinking of the future and the past: the roles of the frontal pole and the medial temporal lobes. *Neuroimage*, v. 19, n. 4, p. 1369–1380. 2003.
- REID, T. *Essays on the intellectual powers of man*. London: Macmillan And Co., Limited, 1941.
- _____. *An Inquiry into the Human Mind*. Edinburgh: University of Edinburgh Press, 1997.
- ROBINS, S. K. Memory Traces. In: BERNECKER, Sven; MICHAELIAN, Kourken (Org.) *The Routledge Handbook of Philosophy of Memory*. Londres: Routledge, 2017. p 76–87.
- _____. Representing the Past: Memory Traces and the Causal Theory of Memory. *Philosophical Studies*, v. 173, n. 11, p. 2993-3013. 2016.
- ROBINS, S. K.; MICHAELIAN, K. Beyond the causal theory? Fifty years after Martin and Deutscher. In: MICHAELIAN, Kourken; DEBUS, Dorothea; PERRIN, Denis (Org.) *New Directions in the Philosophy of Memory*. Londres: Routledge, 2018. p. 13-32.
- SANT’ANNA, A.; MICHAELIAN, K. Thinking about Events: A Pragmatist Account of the Objects of Episodic Hypothetical Thought. *Review of Philosophy and Psychology*, v. 10, n. 1, p. 187-21. 2018.
- SCHACTER, D.; ADDIS, D.; BUCKNER, R. L. Remembering the past to imagine the future: the prospective brain. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 8, p. 657-661. 2007.
- SCHIRMER dos SANTOS, C. Episodic memory, the cotemporality problem, and common sense. *Essays in Philosophy*, v. 19, n. 2, p. 1-21. 2018.
- SOUTERIOU, M. *Disjunctivism*. London: Routledge, 2016.
- SUDDENDORF, T.; CORBALLIS, M. C. Mental time travel and the evolution of the human mind. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, v. 123, n. 2, p. 133-167. 1997.
- _____.; _____. Mental Time Travel: continuities and discontinuities. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 17, n. 4, p. 151-152. 2013.
- SUTTON, J. Memory. In ZALTA, E. N. (org.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 ed.).
- TULVING, E. Episodic and semantic memory. In TULVING, E.; DONALDSON, W. (Org.). *Organization of memory*. Nova York: Academic Press, 1972. p. 381-403.
- _____. What is episodic memory? *Current Directions in Psychological Science*, v. 2, n. 3, p. 67-70. 1993.
- _____. Origin of autoevidence in episodic memory. In: ROEDIGER, H. L. (et al.) (Org.) *The nature of remembering: essays in honor of Robert G. Crowner*. Washington: American Psychological Association, 2001. p. 17-34.

Recebido em: 26/11/2019

Aprovado em: 14/04/2020